



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

PDDE Escolas Sustentáveis: a inclusão da Educação Ambiental no Projeto Político-Pedagógico de escolas públicas em Mato Grosso do Sul

José Flávio Rodrigues Siqueira¹
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<http://orcid.org/0000-0002-8309-7578>

Fabiano Francisco Soares²
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
<https://orcid.org/0000-0003-1947-8226>

Angela Maria Zanon³
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<http://orcid.org/0000-0003-3346-0604>

Resumo: Apresentamos as atividades financiadas pelo PDDE Escolas Sustentáveis para quantificar as escolas sul-mato-grossenses que incluíram a temática socioambiental no projeto político-pedagógico. A pesquisa foi realizada entre 2014 a 2018, por ser período de planejamento e execução do referido PDDE. Utilizamos a análise documental nos planos de ação; empregamos o método Ciência da História e orientamos as discussões em estudiosos, como: Loureiro (2003, 2012) e Veiga (1995, 1998). Assim, entre as 160 escolas, revelamos que 89 têm atividades na dimensão do Currículo enquanto outras 02 destinaram os recursos exclusivamente para esta dimensão. Foi possível reconhecer que ambas destinaram os recursos em consonância com os documentos normativos do PDDE Escolas Sustentáveis e podem promover práticas condizentes com a educação ambiental transformadora.

Palavras-chave: Recurso Financeiro; Socioambiental; Projeto Político-Pedagógico.

¹ Graduado em Ciências Biológicas; Especialista em Educação Ambiental; Mestre Profissional em Educação; Doutorando em Ensino de Ciências. e-mail: siqueirajfr@gmail.com.

² Graduação em Letras; Mestre em Educação. e-mail: fabianolettras@hotmail.com.

³ Graduação, Mestrado e Doutorado em Ciências Biológicas. e-mail: zanon.ufms@gmail.com.

PDDE Escolas Sustentáveis: a inclusão de la educação ambiental en el Proyecto Político-Pedagógico de las escuelas públicas en Mato Grosso do Sul

Resumen: Presentamos las actividades financiadas por PDDE Escolas Sustentáveis para cuantificar las escuelas en Mato Grosso do Sul que incluyeron el tema socioambiental en el proyecto político-pedagógico. La encuesta se realizó entre 2014 y 2018, que es el período de planificación y ejecución del dicho PDDE. Utilizamos el análisis de documentos en los planes de acción; utilizamos el método Ciencia de la Historia y guiamos las discusiones en académicos como Loureiro (2003, 2012) y Veiga (1995, 1998). Así, entre las 160 escuelas, revelamos que 89 tienen actividades en la dimensión del Currículo, mientras que otras 02 han asignado recursos exclusivamente para esta dimensión. Se reconoció que ambos han asignado recursos en línea con los documentos normativos de las Escolas Sustentáveis del PDDE y pueden promover prácticas consistentes con la educación ambiental transformadora.

Palabras-clave: Recurso financiero; Socioambiental; Proyecto político-pedagógico.

PDDE Sustainable Schools: the inclusion of Environmental Education in the Political-Pedagogical Project of public schools in Mato Grosso do Sul

Abstract: We present the activities funded by PDDE Sustainable Schools to quantify the schools in Mato Grosso do Sul that included the socio-environmental theme in the political-pedagogical project. The survey was conducted between 2014 and 2018, as it is the period of planning and execution of the referred PDDE. We used documental analysis in action plans; We used the History of Science method and we guided discussions in scholars such as Loureiro (2003, 2012) and Veiga (1995, 1998). Thus, among the 160 schools, we revealed that 89 have activities in the Curriculum dimension while another 02 have destined resources exclusively for this dimension. It was possible to recognize that both have destined resources in line with the PDDE Sustainable Schools normative documents and can promote practices consistent with transformative environmental education.

Keywords: Financial Resource; Socio-environmental; Political-Pedagogical Project.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as atividades financiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE Escolas Sustentáveis, que tinham como um dos propósitos o de promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola.

Para isso, torna-se necessária a apresentação do Programa Nacional Escolas Sustentáveis, visto que o PDDE Escolas Sustentáveis foi uma das ações estruturantes do referido programa. O Programa Nacional Escolas Sustentáveis/PNES tem como principal

objetivo “incentivar as escolas brasileiras a realizarem sua transição para sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2014a, p.01).

Desta forma, lembramos que em nível normativo e orientativo, o projeto político-pedagógico tem relevância para a efetivação das ações do PNES, pois quando propõe a interrelação entre espaço físico, gestão e currículo oportuniza “a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade” (VEIGA, 1995, p.14). Além disso, cabe explicar que o projeto político-pedagógico organiza o trabalho pedagógico em duas instâncias: como organização de todos os aspectos escolares e com a organização da sala. Neste último, ainda é incluída a “sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade” (VEIGA, 1995, p.14).

Ademais, é possível ampliar as possibilidades de mediação entre as dimensões do projeto político-pedagógico e do PNES quando conhecemos suas ações, componentes e linhas de trabalho. O Programa é composto por 7 (sete) ações: 1) criação e fortalecimento de instâncias de participação e de decisão na comunidade escolar; 2) formação continuada de profissionais da educação e demais integrantes do coletivo escolar; 3) criação e animação de comunidades virtuais de aprendizagem; 4) promoção de estudos e pesquisas sobre sustentabilidade nas instituições educacionais; 5) financiamento de ações desenvolvidas nas escolas e por municípios e estados que aderirem ao Programa; 6) comunicação e educomunicação sobre sustentabilidade socioambiental; e 7) fortalecimento de escolas e comunidades em situação de vulnerabilidades socioambientais (BRASIL, 2014a).

Estas ações organizam-se em 4 (quatro) componentes, a saber: 1) currículo na escola sustentável; 2) Gestão democrática para a sustentabilidade; 3) Espaço escolar e sustentabilidade; e 4) Relações escola-comunidade.

Por conseguinte, o PNES teve suas ações divididas em 5 (cinco) linhas de trabalho: 1) Processos Formativos; 2) Diagnósticos e Pesquisa; 3) Comunicação; 4) Recursos; e 5) Avaliação. Esclarece-se que o PDDE Escola Sustentável é uma das ações da linha “Recursos”.

Fica nítido, como mencionado por Wiziack, Vargas e Zanon (2013), que o programa “recebeu acolhida das inúmeras linhas de implementação de políticas públicas voltadas para uma escola mais integrada às realidades socioambientais e também integradora dos educandos as suas realidades” (WIZIACK, VARGAS e ZANON, 2013, p.3).

Dessa maneira, a integração dos pressupostos das ações do Programa ao projeto político-pedagógico da escola pode propiciar a execução de um currículo mais humanizado, já que incluirá “conhecimentos, práticas e saberes sustentáveis de forma contextualizada para permitir a criação de pertencimento e responsabilidade entre o conteúdo estudado e a realidade” (DOURADO, BELIZÁRIO e PAULINO, 2015, p.48).

Assim, este trabalho tem foco na atuação relativa ao financiamento das ações no âmbito das escolas para cumprimento do programa, especificamente na promoção da temática socioambiental nos projetos político-pedagógico de escolas públicas em Mato Grosso do Sul.

O Manual Escolas Sustentáveis que acompanha a Resolução CD/FNDE n. 18, de 21 de maio de 2013 apresenta que “a transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo” (BRASIL, 2013, p.02). Desse modo, a discussão acerca do Projeto Político-pedagógico está alicerçada na dimensão currículo, pois “[...] na escola sustentável, o currículo cuida e educa, pois é iluminado por um Projeto Político-pedagógico que estimula a visão complexa da educação integral e sustentável. (BRASIL, 2010, p.11).

O projeto político-pedagógico, quando discutido coletivamente, permite o reconhecimento dos sujeitos com a sociedade e com o conhecimento. Nessa perspectiva, “a construção do projeto pedagógico, quando perpassada pela reflexão crítica, qualifica os atores sociais que o concebem, executam e avaliam como produtores de uma escola que pode orientar suas práticas para a transformação social” (SOUSA, 2001, p.224).

Nesse sentido, apreendemos que a transformação social perpassa pela *educação integral* e os princípios da *educação ambiental transformadora*. Além do que, a construção do projeto político-pedagógico propicia à escola o delineamento de sua própria identidade. É possível assim, o resgate da escola como “espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva” (VEIGA, 1995, p.14).

Diante disso, as escolas participantes do PDDE Escolas Sustentáveis planejaram ações e recursos para as três dimensões do PNES, o que, pressupõe transformação nas formas históricas de *organização do trabalho didático* (ALVES, 2005).

Cabe informar que as escolas participantes foram àquelas que aderiram ao programa através do site PDDE Interativo. Neste, as três dimensões tomaram formato de atividades, a dizer: 1) Apoiar a criação e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente

e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida⁴); 2) Promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola; e 3) Adequar o espaço físico, visando à destinação apropriada de resíduos da escola, eficiência energética e uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes.

Além disso, será possível perceber as ações do PDDE Escolas Sustentáveis como instrumentos de materialização do arcabouço legal e normativo que o Brasil vem constituindo para que a Educação Ambiental consolide-se nos ambientes educativos.

Nesse sentido, destacamos o Capítulo VI, traduzido no artigo 225, da Constituição Federal de 1988; a Lei Federal n. 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental/DCNEA mediante a Resolução CNE/CP n. 2, de 15 de junho de 2012.

Recorremos às DCNEA para a defesa de que a Educação Ambiental deve estar contemplada nos currículos e nos projetos político-pedagógicos escolares. Assim, ao tratar da organização curricular destaca-se que:

O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior (BRASIL, 2012a, p.5).

Em outras palavras, nas escolas públicas de educação básica, a proposta curricular é constituída pelo projeto político-pedagógico e projetos e planos de curso que ofereça em determinadas modalidades de ensino.

Convém, nesse instante, mencionar que compreendemos o projeto político-pedagógico não só como um documento de dimensão pedagógica e/ou que traz o acervo de projetos e planos dos professores, mas sim a materialização das ideias da escola, situada em um momento histórico, e influenciadora e influenciada por contextos da sociedade contemporânea (VEIGA, 1998). Portanto, este documento trata da organização do trabalho pedagógico, incluindo suas relações e o contexto social. Logo, esse documento “não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido” (VEIGA, 1995, p.15).

⁴ A Com-Vida é um coletivo escolar formado por estudantes comprometidos com a inserção da Educação Ambiental nos projetos da escola, bem como no fortalecimento da transversalidade deste tema (BRASIL, 2007).

Diante do apresentado esse trabalho descreverá as atividades financiadas pelo PDDE Escola Sustentável para a inclusão da temática socioambiental no Projeto Político-pedagógico no intuito de conhecer o quantitativo de escolas públicas sul-mato-grossenses e de atividades que apresentaram ações de inclusão da referida temática no PPP.

Para tal, realizamos análise dos documentos oficiais referentes ao PDDE Escolas Sustentáveis, tais como: planos de ação das escolas, manual escolas sustentáveis e guia de orientações operacionais. Trazemos para a discussão autores que discutem a Educação Ambiental e Projeto Político-Pedagógica na perspectiva da Ciência da História.

METODOLOGIA

Para que o objetivo do trabalho fosse alcançado fez-se necessário a delimitação de escolas que receberam o recurso financeiro PDDE Escolas Sustentáveis, ou seja, consideradas pelo FNDE como “escolas pagas”. Esclarecemos que nesta situação, em Mato Grosso do Sul, estão 160 escolas públicas, sendo 101 da rede estadual de ensino e 59 das redes municipais de ensino distribuídas em 59 municípios.

Além disso, o recorte temporal desta pesquisa compreende o período de 2014 a 2018, pois neste período foram desenvolvidas as atividades do PDDE Escolas Sustentáveis, a saber: adesão ao programa; elaboração do plano de ação; validação do plano de ação; recebimento do recurso financeiro; execução do recurso financeiro.

Para tanto, foi realizada a análise documental, pois todos os planos de ação validados pelo Ministério de Educação para a execução do PDDE Escolas Sustentáveis e disponíveis no PDDE Interativo serviram de documento para reconhecimento da distribuição do recurso financeiro em Mato Grosso do Sul.

A análise está alicerçada em obras de estudiosos contemporâneos do Marxismo e alusivos à Educação Ambiental, tais como: Loureiro (2003, 2012), entre outros e àqueles relacionados à discussão da importância do Projeto Político-Pedagógico, a saber: Veiga (1995, 1998, 2001, 2007).

O apoio financeiro à inclusão da temática socioambiental no PPP

A análise documental revelou que das 160 (cento e sessenta) escolas públicas de Mato Grosso do Sul que fizeram adesão ao PDDE Escola Sustentável, 89 (oitenta e nove)

tiveram ações financiadas para promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola. No entanto, somente duas escolas, uma localizada no município de Corumbá e outra no de Porto Murtinho, organizaram todas as ações financiáveis exclusivamente para esta finalidade. Além disso, os planos de ação demonstraram que 71 (setenta e uma) escolas públicas não optaram por atividades financiáveis que envolvessem a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico. Já as outras 87 (oitenta e sete) escolas públicas têm atividades financiáveis compartilhadas, ou seja, que envolvem a inclusão da temática no PPP e outros eixos do Programa.

A tabela abaixo apresenta numericamente a análise documental que procurou quantificar e localizar as atividades com recursos financeiros destinados a promoção da temática socioambiental no projeto político-pedagógico.

Tabela 1 – Distribuição de escolas públicas de Mato Grosso do Sul por Atividade financiada

Atividade	Quantidade
Somente 1 ⁵	02
Somente 2 ⁶	02
Somente 3 ⁷	47
1 e 2	04
1, 2 e 3	66
1 e 3	22
2 e 3	17
Total	160

Fonte: autores.

A partir dessa distribuição concluímos que um número significativo, mais que 50%, das escolas públicas em Mato Grosso do Sul organizaram propostas financiáveis para a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico.

Ora, verificamos o cumprimento, por parte dessas escolas, do disposto na Lei Federal n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, em que determina que os estabelecimentos de ensino tenham a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Notamos

⁵ Apoiar a criação e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida).

⁶ Promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola.

⁷ Adequar o espaço físico, visando à destinação apropriada de resíduos da escola, eficiência energética e uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes.

que a inclusão ou não da temática socioambiental torna-se escolha da escola, ou seja, refere-se à autonomia escolar.

Veiga (1998), ao abordar a autonomia escola apresenta 4 (quatro) dimensões interdependentes de autonomia, a saber: administrativa, financeira, jurídica e pedagógica. Desse modo, a decisão acerca da inclusão da temática socioambiental está intimamente relacionada a autonomia pedagógica da escola.

Confirmamos isso, ao ler em Veiga (1998) a descrição da autonomia pedagógica que “consiste na liberdade de ensino e pesquisa. Está estreitamente ligada à identidade, à função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados e, portanto, à essência do projeto pedagógico da escola” (VEIGA, 1998, p.18).

Outra constatação de cumprimento legal relaciona-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental que trazem à gestão da instituição de ensino o dever de promover “ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública” (BRASIL, 2012a, p.06).

Ressaltamos que nestes casos as DCNEAS indicam que a educação ambiental “deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.” (BRASIL, 2012a, p.03).

Notadamente, em ambos os casos, tanto para a inclusão de ações pedagógicas quanto ao caráter integrado e permanente é preciso que a comunidade escolar esteja sensibilizada para com a questão ambiental. Para isso, Wiziack (2006) sugere alguns itens a serem discutidos pela comunidade escolar:

[...] o real sentido de uma EA; o papel da escola frente à degradação do ambiente; a análise do ambiente no qual as relações sociais são estabelecidas; a construção e a relevância de um currículo com a dimensão ambiental; a prática pedagógica do educador ambiental; e as atividades dos alunos, com as quais o ambiente é foco de observação, análise e ação (WIZIACK, 2006, p.34).

De maneira complementar, a publicação “Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo” após texto sobre biodiversidade traz algumas reflexões aos profissionais da educação, dentre elas está a que questiona “a nossa abordagem em sala de aula e os nossos projetos pedagógicos sobre educação ambiental têm explorado a

complexidade e os conflitos trazidos pela forma como a sociedade atual se relaciona com a diversidade biológica?” (BRASIL, 2007, p.21).

Assim, incluímos à lista de Wiziack (2006) o debate acerca da biodiversidade, haja vista que “A diversidade pode ser entendida em uma perspectiva biológica e cultural. Portanto, o homem e a mulher participam desse processo enquanto espécie e sujeito sociocultural” (BRASIL, 2007, p.20).

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que elaboração do plano de ação foi embasada em dois documentos oficiais, são eles: o Manual Escolas Sustentáveis - Resolução CD/FNDE n. 18, de 21 de maio de 2013 e o Guia de Orientações Operacionais - Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Escolas Sustentáveis.

O Manual apresenta a dimensão do Currículo como a que promove a “inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-pedagógico das instituições de ensino e em seu cotidiano a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global” (BRASIL, 2013, p.02).

O Guia de Orientações Operacionais utiliza a mesma apresentação da dimensão Currículo, no entanto acrescenta que esta dimensão proporciona a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Ambos os documentos apresentam as mesmas possibilidades de aquisição para a atividade de promoção à inclusão da temática socioambiental no PPP. De acordo com os documentos é possível:

com envolvimento do corpo diretivo, docente e discente da escola por meio da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, por meio da realização de oficinas de formação e da aquisição de materiais didático-pedagógicos (vídeos, cartilhas, livros, jogos) que tratam de temas como consumo sustentável, gestão de resíduos sólidos, biodiversidade, práticas de alimentação saudável, horta escolar, uso racional de água e energia, dentre outros. Os recursos também poderão ser utilizados em campanhas educativas, em visitas guiadas e outras ações consideradas relevantes pelo coletivo escolar (BRASIL, 2013, p.04; BRASIL, 2014b, p.06).

Diante disto, evidenciamos que as escolas que destinaram recursos financeiros para a inclusão da temática socioambiental no PPP estão em consonância não só com legislações vigentes, mas também com documentos normativos do PNEs.

Neste ponto, revelamos a convergência da proposta de educação ambiental do Programa Nacional Escolas Sustentáveis e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, tal qual é apresentada no Parecer CNE/CP n. 14, de 06 de junho de 2012:

Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012b, p.01).

Igualmente, assimilamos que as políticas públicas em Educação Ambiental promovidas pelo Ministério da Educação são propagadoras de uma concepção única de Educação Ambiental, tal como apontam Sorrentino *et al*, (2005), “uma questão importante é qual educação ambiental será regulada, tendo o atual governo uma perspectiva clara de que ela deve ser popular, crítica e emancipatória” (SORRENTINO *et al*, 2005, p.297).

Desse modo, os autores ao descreverem as ações dos Ministérios de Educação e de Meio Ambiente enquanto órgãos executores da Política Nacional de Educação Ambiental afirma que:

Uma política pública representa a organização da ação do Estado para a solução de um problema ou atendimento de uma demanda específica da sociedade. Quanto a sua modalidade, as políticas públicas se dão *por intervenção direta, por regulamentação, ou contratualismo*. A perspectiva de políticas públicas do órgão gestor da educação ambiental, hoje, inclui essas três modalidades (SORRENTINO *et al*, 2005, p.290).

Assim, resgatamos que a adjetivação socioambiental presente na atividade do PDDE Escola Sustentável, bem como no PNE e nas normativas educacionais vigentes, decorre das diretrizes, princípios e objetivos do Programa Nacional de Educação Ambiental/ProNEA. Especificamente, a edição n. 4, lançada em 2014, foi intitulada “Educação Ambiental por um Brasil Sustentável” em que na linha de ação “Comunicação para Educação Ambiental” foi criada a estratégia de “produção, edição e distribuição, para todos os níveis de ensino, de material didático que contemple as questões socioambientais locais e regionais” (BRASIL, 2014c, p.34)

Exposto esse pensamento, damos prosseguimento a análise dos planos de ação das 87 (oitenta e sete) escolas que aplicaram recursos financeiros em atividades que envolvem a Com-Vida somadas a algum outro eixo do programa verificamos que 02 (duas) não descreveram ações e/ou incluíram itens financiáveis com relação direta a inclusão da temática socioambiental no PPP. Por outro lado, as outras 87 (oitenta e sete) elaboraram atividades bem descritas e incluíram, basicamente 9 (nove) itens: *datashow*; *notebook*; *banner*; jogos pedagógicos; aparelho de DVD; impressora; *tonner* para impressora; máquina fotográfica; e serviços gráficos.

Como consequência da aquisição desses itens é previsível que as ações realizadas por essas escolas dizem respeito à aquisição de equipamentos eletrônicos que podem ser utilizados em diversas ações escolares, bem como possibilidades de divulgação das ações, previstas na aquisição de banners e serviços gráficos.

Percebemos que o exposto tanto no Manual quanto no Guia de Orientações do PDDE Escolas Sustentáveis no que diz respeito à aquisição na dimensão Currículo extrapola o plano de ação das escolas.

Inferimos que os itens financiáveis e escolhidos pelas escolas pode favorecer a inclusão da temática socioambiental no PPP, desde que não sejam esquecidos os princípios da *educação ambiental transformadora*. Defendemos práticas educativas de educação ambiental transformadora por compreender que somente por ela será possível trazer às escolas conteúdos emancipatórios, processos dialógicos, relação singularidade e totalidade e as contradições que cercam a sociedade contemporânea.

Para tanto é necessário que o PPP seja reconhecido por toda comunidade escolar, como documento legítimo e indispensável para o desenvolvimento e fortalecimento das ações pretendidas pela escola, pois nele contém os fundamentos e princípios que garantem a construção de uma identidade, cujo objetivo é de fortalecer a prática pedagógica, tendo como marca institucional a busca pela qualidade da aprendizagem, a fim de preparar o educando para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, será por meio da educação ambiental transformadora que os sujeitos desenvolverão a consciência crítica e estarão sempre em um “movimento contínuo de conhecimento da realidade, atuação e superação das relações de dominação e opressão entre humanos e humanidade-natureza” (LOUREIRO, 2012, p.107).

Portanto, os itens adquiridos por estas escolas possibilita a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico, mas esperamos que não somente no

documento, como simples reestruturação e inclusão de um texto ambientalista, mas que, sobretudo haja coerência entre as práticas adotadas pelo coletivo escolar. Um dos problemas centrais, trazido por Loureiro (2012) é a “falta de coerência entre o que se acredita e o que se faz, reproduzindo dualismo da ciência moderna que tanto se rejeita e contradições que somente serão sobrepujadas pela explicitação destas” (LOUREIRO, 2012, p. 155).

Dito isso, apresentaremos as atividades organizadas pelas duas escolas públicas que planejaram os recursos financeiros, exclusivamente, para a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico.

As duas escolas apresentam singularidades, tais como: ambas são escolas públicas municipais e ambas são escolas fronteiriças. No entanto, quanto ao recurso financeiro a escola situada em Corumbá recebeu R\$ 10.000,00 (dez mil reais) enquanto a escola em Porto Murinho teve disponível R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Esclarecemos que de acordo com o Manual e o Guia de Orientações do PDDE Escolas Sustentáveis a destinação do recurso financeiro teve como base o número de estudantes matriculados na educação básica e declarados no Censo Escolar do ano de 2013. A partir disso, as escolas foram agrupadas em 4 categorias: 1) até 199 estudantes – R\$ 8.000,00; 2) 200 a 499 estudantes – R\$ 10.000,00; 3) 500 a 999 estudantes – R\$ 12.000,00; e 4) acima de 999 estudantes – R\$ 14.000,00.

Baseados nessa informação, podemos reconhecer que a escola de Porto Murinho é maior em número de estudantes frequentes quando comparada à de Corumbá, por isso a diferença nos valores do repasse.

De acordo com o plano de ação da escola municipal de Corumbá localizamos três atividades planejadas: 1) construir uma cisterna ou comprar caixas de água para aproveitamento da água da chuva. Esta água vai ser utilizada no trabalho com horticultura, minhocário e compostagem; 2) palestras de pessoas da Embrapa para os alunos; 3) apoiar os adolescentes no projeto minhocário, compostagem e horta já existentes na escola, reafirmando também o trabalho de conscientização no trabalho de coleta seletiva.

Para a realização das três atividades, a escola elencou todos os itens financiáveis na dimensão do Currículo, nomeada, promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola.

Entendemos que para a escola alcançar os pressupostos do PNE não basta elencar as atividades no projeto político-pedagógico e desenvolvê-las, mas, sobretudo

compreender que o projeto político-pedagógico “deve se configurar como uma expressão dos direitos humanos” (VEIGA; ARAÚJO, 2007, p.11). Por essa razão, o projeto político-pedagógico não visa somente acesso e permanência dos sujeitos, contudo seja comprometido com “as múltiplas necessidades sociais e culturais da população” (VEIGA; ARAÚJO, 2007, p.11).

A essa discussão, Wiziack (2006) ao discorrer sobre a função dos educadores ambientais na construção do PPP afirma que:

a educação ambiental só tem sentido quando promove uma profunda reflexão da própria educação, o que demanda uma ampla problematização do ambiente escolar. O processo de construção do projeto pedagógico escolar deve permitir tal reflexão. A sua importância não poderá limitar-se à vinculação de melhoria da organização didático-pedagógica (WIZIACK, 2006, p.38).

Corroborando com a afirmação, Veiga e Araújo (2007) complementam:

o projeto político-pedagógico como espaço de ação humana exige um compromisso de adequação intencional do real ao ideal. Exige também uma articulação entre os interesses individuais e coletivos. Nesse sentido, torna-se possível falar em projetos pessoais e coletivos (VEIGA; ARAÚJO, 2007, p.30).

Logo, a escola pôde, por meio das atividades financiadas, iniciar processos de reflexão acerca das necessidades socioambientais locais. Contudo, não podemos perder de vista a ideia de que os processos educacionais e os processos sociais estão, na lógica do capital, intimamente ligados.

Nas palavras de Mészáros (2008), “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança” (MÉSZÁROS, 2008, p.25).

Assim sendo, a escola, tendo compreendido as bases teóricas da educação ambiental transformadora conseguirá, paulatinamente, desenvolver atividades educativas que oportunizem vivência das conjecturas de Wiziack (2006), Veiga e Araújo (2007) e Mészáros (2008).

Destacamos ainda, nesta escola, a atividade destinada a compostagem que está relacionada aos processos e vivências anteriores à descrita no plano de ação. O “processo

formativo em educação ambiental: escolas sustentáveis e com-vida” integrante do Programa Nacional Escolas Sustentáveis ofereceu aos participantes um livreto intitulado “Tecnologias Ambientais” e neste a compostagem integra um “cardápio de ecotécnicas”. Além deste, o caderno do professor da IV Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis aborda o desenvolvimento da compostagem no elemento “terra”.

Ainda, consta como item financiável no Manual Escolas Sustentáveis a composteira, visto que compostagem está intimamente relacionada ao cumprimento dos pressupostos do Programa Nacional Escolas Sustentáveis.

Na outra escola municipal, àquela estabelecida em Porto Murinho, vemos no plano de ação as atividades: readequação do PPP para inclusão da temática socioambiental; aquisição de material didático-pedagógico; oficinas de formação de produção de material didático-pedagógico; criação de hora escolar; e palestras.

Do mesmo modo que a escola municipal de Corumbá, a escola de Porto Murinho elencou todos os itens financiáveis para o cumprimento das atividades na dimensão do Currículo.

Dourado, Belizário e Paulino (2015) ao abordarem as escolas sustentáveis anunciam que a dimensão do currículo:

[...] além de cumprir todos os requisitos de alfabetização, raciocínio crítico e matemático, deve incorporar a educação ambiental de forma inter e transdisciplinar, como um guia para orientar a reflexão crítica sobre os conhecimentos a serem ensinados em todas as disciplinas (DOURADO, BELIZÁRIO e PAULINO, 2015, p.45).

Ao concordarmos com estes autores, compreendemos que a reflexão crítica conferida à educação ambiental é àquela anunciada por Loureiro (2012) como sendo *transformadora*, porque é nesta que “a educação enquanto práxis social que contribui no processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais, em que a sustentabilidade da vida e a ética ecológica sejam seu cerne” (LOUREIRO, 2003, p.40).

A escola municipal em Porto Murinho avança quando comparada a anterior, no que diz respeito a palestras e oficinas porque percebemos que o propósito das oficinas é a produção de material. Nesse sentido, compreendemos que os profissionais da educação e os demais participantes da oficina na escola apreenderão conceitos, técnicas e práticas para

a produção de seus próprios materiais e, assim, oferecer conhecimentos e saberes contextualizados e ressignificados.

A pauta formativa, encaminhada pela escola, é validada por Machado (2006) no texto que discute formação continuada docente para o desenvolvimento da educação ambiental formal. A educação ambiental na escola perpassa pela autoanálise dos processos formativos em educação ambiental vivenciados pelos próprios professores. Após a autoanálise descortinam-se as temáticas para a formação profissional contínua e, conseqüentemente, rompe-se com a inércia pedagógica. (MACHADO, 2006).

As opções pedagógicas dos profissionais da educação básica “devem ser carregadas de significado, responsabilidade social e diálogo, de forma que contribuam com a formação de indivíduos que atuem e/ou atuarão diretamente na sociedade” (MACHADO, 2006, p. 57).

A respeito da criação da horta escolar, apesar de haver muita produção acadêmica defendendo-a como instrumento de Educação Ambiental, nós nos posicionamos contrários por entender que é uma atividade considerada *conservacionista* (SORRENTINO, 1995 e SAUVÉ, 2005).

Ademais, recuperamos as palavras de Layrargues (1999):

Não basta controlar as “pragas” na agricultura, se o padrão prevalecente ainda é a monocultura intensiva, minando a biodiversidade. Não basta pensar nas gerações futuras, incluindo a perspectiva do longo prazo, se o mercado continua atuando como a instância máxima da regulação social. Não basta enfim, tornar a economia ecológica, se a racionalidade permanece econômica (LAYRARGUES, 1999, p.137).

Desse modo, nosso posicionamento é que a horta na escola não deve ser meramente instrumento de estudos de solos e vegetais e/ou complemento da merenda escolar. Devemos favorecer aos estudantes a compreensão dos problemas sociais e ambientais que envolvem a produção, o consumo e a destinação dos vegetais em contextos locais e globais. Especificamente em Mato Grosso do Sul, devida à vasta produção agrícola extensiva e monoculturas, pode-se problematizar a utilização dos agrotóxicos durante a abordagem da produção de vegetais. Desta forma, argumentar para e com os estudantes sobre os impactos de agrotóxicos no ambiente e nos seres vivos é relevantes, assim como os benefícios das hortas orgânicas.

Diante do exposto, reconhecemos os esforços das duas escolas municipais em reestruturar o projeto político-pedagógico e incluir a temática socioambiental, seja por

aquisição de itens eletrônicos, de itens pedagógicos e/ou de prestação de serviços para formação.

As escolas, ao optarem pelo reconhecimento da dimensão do currículo, demonstraram a importância que a revisão do projeto político-pedagógico tem, bem como da inclusão da temática socioambiental. Além disso, Veiga (2001) observa que:

Para a construção do projeto político-pedagógico, devemos ter claro o que se quer fazer e por que vamos fazê-lo. Assim, o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar (VEIGA, 2001, p.56).

Em razão disso, encontramos a contradição entre a vontade da escola em revisitar o PPP e a imposição na reestruturação provocada pelos pressupostos do PNE e o cumprimento dos documentos normativos. Esta afirmação pode ser corroborada pela pesquisa de Wiziack (2001). Segundo a autora, existem alguns entraves para a construção do PPP, dentre eles está a ausência de registro na escola do processo da elaboração do projeto (WIZIACK, 2001). Para a autora “isso é um grave erro, pois a essência dessa proposta é o seu entendimento como uma atividade processual, em permanente construção e reconstrução coletiva” (WIZIACK, 2006, p.36).

Ainda, retratamos a contradição nos documentos que orientam o planejamento do PDDE Escolas Sustentáveis. Ambos os documentos listam os itens que podem ser financiáveis por este PDDE, ou seja, as atividades e ações escolares não partem do anseio do coletivo escolar e/ou das necessidades vivenciadas pelas escolas, mas sim pelos produtos e serviços que podem acrescentar em seus planos de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos, neste artigo, descrever as atividades financiadas pelo PDDE Escolas Sustentáveis para a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico no intuito de conhecer o quantitativo de escolas públicas sul-mato-grossenses e de atividades que apresentaram ações de reelaboração do PPP com vistas à temática socioambiental. Para tanto, analisamos os planos de ação das escolas, o manual escolas sustentáveis e o guia de orientações operacionais que integram o PDDE Escolas Sustentáveis.

Quantitativamente, a análise revelou que 02 (duas) escolas públicas organizaram as atividades financiáveis exclusivamente para a dimensão Currículo, ou seja, a inclusão da

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, v. 36, n. 3, p. 65-85, set./dez. 2019.
E-ISSN 1517-1256

temática socioambiental no PPP e outras 87 (oitenta e sete) escolas públicas organizaram atividades financiáveis na dimensão Currículo paralelamente às de fomento à criação da Com-Vida e à adequação do espaço físico.

Consideramos que o expressivo número de escolas com atividades pautadas na inclusão da temática socioambiental está relacionado a alguns pontos: 1) Obrigatoriedade de elaboração e execução do PPP por legislação educacional nacional; 2) Discussão expressiva da importância da temática socioambiental nos documentos orientadores do PDDE Escolas Sustentáveis; e 3) a materialização de uma corrente de Educação Ambiental específica – a Crítica nos documentos normativos de Educação Ambiental para as escolas.

Dentre as duas escolas com recursos financeiros exclusivos existem ações concretas de inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico, no entanto dizemos que a escola municipal situada em Corumbá elaborou plano de ação condizente com os documentos normativos do PDDE Escolas Sustentáveis, bem como de outras ações do Programa Nacional Escolas Sustentáveis, tais como: minhocário, compostagem, horticultura e coleta seletiva.

Consideramos que a escola, por meio destas atividades poderá introduzir princípios da educação ambiental transformadora, desde que possibilite novos olhares à relação homem-natureza porque há que se compreender que “a educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens” (JACOBI, 2003, p.198). Dito isso, é óbvio que para novas formas de visão é preciso reconhecer que “o ser humano como natureza é um ser biológico e social, ou seja, biologicamente constituído, socialmente específico e historicamente determinado (LOUREIRO, 2015, p. 171 *apud* MARX e ENGELS, 2002)

A outra escola, localizada em Porto Murinho, concebemos que poderá, a partir da produção própria de materiais didático-pedagógicos, vivenciar a temática socioambiental projetada no PPP, sobretudo na perspectiva da educação contínua dos profissionais da educação. Por outro lado, as palestras, por mais esclarecedoras que sejam, devem ser contextualizadas e historicamente localizadas. Como disse Loureiro (2008), “definitivamente, não basta a “boa fé ambiental”, a sensibilização ou a transmissão de conteúdos da ecologia, é preciso entender a dinâmica social e, particularmente, a educativa” (LOUREIRO, 2008, p.05).

Enfim, trazemos a contradição do discurso da Educação Ambiental Crítica presente nos documentos orientadores do PDDE Escolas Sustentáveis e a listagem de itens financiáveis que é restritiva e imperativa. Ao listar itens e restringi-los a duas páginas e meia no Guia de Orientações Operacionais avaliamos que a realização dos planos de ação foi orientada muito mais pela listagem que pelas vivências e necessidades educativas das escolas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna**: formas históricas. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Brasília: Assembléia Nacional Constituinte/Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal n. 9.795**, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> Acessado em 20 abr 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acessado em 19 jul 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Versão Preliminar 2014a. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B0W7JK EkeDaSYzFHS3JNZzhFZEU/edit>> Acessado em 20 abr 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>> Acesso em 19 jul 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012 a**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acessado em 19 jul 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n. 14, de 06 de junho de 2012 b**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955-pecp014-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acessado em 19 jul 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Manual Escolas Sustentáveis**: Resolução CD/FNDE n. 18, de 21 de maio de 2013. Disponível em <http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf> Acessado em 20 abr 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis**: Guia de Orientações Operacionais. 2014b. Disponível em <http://pdeinterativo.mec.gov.br/arquivo/pdf/Guia_PDDE_2014_Sustentavel.pdf> Acessado em 20 abr 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Caderno Processo Formativo Escolas Sustentáveis e COM-VIDA**. Brasília: MEC, SECADI, 2010. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/319901645/Processo-Formativo-Escolas-Sustentaveis-e-Com-Vida>> Acesso em 20 abr 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Formando Com-Vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola**: construindo Agenda 21 na Escola. Brasília: MEC, SECADI, 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao7.pdf>> Acesso em 07 dez 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental Por um Brasil Sustentável**: ProNEA, Marcos Legais & Normativos. Brasília: MMA, MEC, 2014c. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>> Acesso em 22 jul 2019.

DOURADO, Juscelino; BELIZÁRIO, Fernanda; PAULINO Alciana. **Escolas Sustentáveis**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março-2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>> Acessado em 21 abr 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, Marcos. (Org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 1999.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora**. Revista Ambiente e Educação, Rio Grande, n. 8, 2003. Disponível em <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897/355>> Acessado em 21 abr 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental e Epistemologia Crítica**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. 32, n.2. jul./dez. 2015. Disponível em <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5536/3443>> Acessado em 21 jul 2019.

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, v. 36, n. 3, p. 65-85, set./dez. 2019.
E-ISSN 1517-1256

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Proposta Pedagógica. In.: SALTO PARA O FUTURO. **Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, SEED, 2008. Disponível em <[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambienta%20no%20Brasil%20\(texto%20basico\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambienta%20no%20Brasil%20(texto%20basico).pdf)> Acessado em 23 jul 2019.

MACHADO, Vera de Mattos. Formação continuada de docentes para o desenvolvimento da educação ambiental no ensino formal – discussão e reflexão. In.: VARGAS, Icléia Albuquerque (orgs.). **Educação ambiental: gostas de saber: reflexão e prática**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. In: SATO, Michèle, CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (Orgs.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed. 2005.

SORRENTINO, Marcos; [et. al]. **Educação Ambiental como política pública**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, 2005. Disponível em <http://www.diagramaeditorial.com.br/cescar/material_didatico/ea-como_politica_publica.pdf> Acessado em 20 abr 2019.

SORRENTINO, Marcos. **Educação ambiental e universidade: um estudo de caso**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP. 1995.

SOUSA, José Vieira de. A identidade do sujeito social, ético e político e o projeto pedagógico da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (orgs.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ARAÚJO, José Carlos Souza. O projeto político-pedagógico: um guia para formação humana. In.: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (orgs.). **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

WIZIACK, Suzete Rosana de Castro. VARGAS, Icléia Albuquerque; ZANON, Angela Maria. Programa Escolas Sustentáveis: reflexões para a formação de educadores ambientais no Brasil. VII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental. Rio Claro, SP, 07 a 10 de julho de 2013. Disponível em <
http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0136-1.pdf > Acessado em 20 abr 2019.

WIZIACK, Suzete Rosana de Castro. Subsídios para a inserção da educação ambiental no projeto pedagógico escolar. In.: VARGAS, Icléia Albuquerque (orgs.). **Educação ambiental: gostas de saber: reflexão e prática**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2006.

WIZIACK, Suzete Rosana de Castro. **A educação ambiental e o projeto pedagógico na escola**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001.

Submetido em: 08-08-2019

Publicado em: 17-12-2019